



António Vitorino  
Jurista

## Uma reforma inadiável

O primeiro-ministro escolheu o tema da reforma do ensino superior em Portugal para o último debate mensal do corrente ano.

Fê-lo imediatamente a seguir à divulgação de um relatório da OCDE que traça um diagnóstico severo do estado do ensino superior entre nós. O relatório vem na linha do essencial das conclusões do processo de avaliação já desencadeado entre nós e apresenta um conjunto de remédios, alguns retidos pelo Governo e outros não.

A substância destas opções de fundo do Governo português vai ser agora discutida publicamente nos próximos meses. Mas importa clarificar dois pontos prévios.

O debate sobre esta reforma não pode ficar confinado aos muros das universidades e dos institutos politécnicos, não pode ser um debate de castas ou um diálogo entre o poder político e os interesses organizados dentro das instituições do ensino superior. Com efeito, um dos pontos onde todos consensualmente convergem é o de assinalar como vulnerabilidade do modelo vigente a escassa articulação das instituições públicas de ensino superior e a sociedade envolvente. Daí que as opções da reforma tenham tanto a ver com a definição, por parte do poder político democrático, das regras de funcionamento e dos objectivos a fixar para as universidades e os politécnicos, na óptica do que delas espera o conjunto da sociedade portuguesa, como quanto ao que a própria sociedade civil deve esperar das suas instituições de ensino superior e a medida em que está disposta a participar no processo de modernização dessas mesmas instituições.

Neste debate seria incompreensível que as empresas, as associações empresariais e sindicais, as fundações se remetessem ao silêncio ou a meras posições de “treinadores de bancada”.

Se o sucesso de uma reforma se mede pela clareza das opções do poder político e pelo grau de envolvimento, empenhamento e mobilização dos actores no terreno, ele também se mede pelo tipo de participação e co-responsabilização que as organizações da sociedade civil estiverem dispostas a assumir nas suas específicas esferas de intervenção.

O segundo ponto prévio tem a ver com a desculpa de que os verdadeiros problemas do sistema de ensino em Portugal se situam no secundário, logo as alterações a introduzir no ensino superior seriam apenas uma forma de “construir a casa a partir do telhado”. É bem verdade que a raiz de muitos dos problemas da baixa qualificação dos nossos recursos humanos, do insucesso e abandono escolar, da escassez de oferta para a aprendizagem ao longo da vida tem a sua sede no ensino secundário. E para esses problemas têm sido adoptadas medidas específicas que estão em curso de aplicação. Só que o efeito induzido dessas medidas no ensino secundário sobre o fun-

cundárias. Esta articulação tem que ser definida como um jogo de soma positiva e não como uma “ingerência” indevida das escolas superiores na autonomia das escolas secundárias.

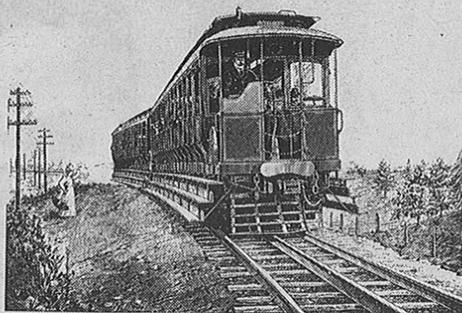
No específico domínio do ensino superior a reforma terá que girar em torno de três eixos fundamentais:

- A igualdade de oportunidades no acesso, o que passa pelo reforço da acção social escolar para os alunos (tanto do ensino público como do privado) e pelo estabelecimento de um sistema de empréstimos acessível e equitativo;

- A diferenciação de um sistema binário universidades/politécnicos que corresponda a diferentes necessidades da vida económica e social, às quais se reconhece idêntica relevância social;

- E a melhoria do sistema de governo das instituições de ensino superior mediante a abertura das escolas à sociedade envolvente, o reforço das instâncias executivas sem perda da base democrática na composição das instâncias de orientação estratégica dos estabelecimentos de ensino superior e a instituição de um sistema de prestação de contas e de avaliação segundo padrões internacionais que contribua decisivamente para a qualidade do ensino e da investigação levada a cabo entre nós.

Este processo de reforma deve integrar-se em pleno no esforço de internacionalização das nossas universidades e politécnicos, na senda do preconizado pelo denominado “processo de Bolonha”. Participar nas redes de gestão do conhecimento e do saber, definir parcerias com instituições homólogas estrangeiras para promover a mobilidade de estudantes e professores, inserir os nossos centros de investigação em projectos bilaterais ou de âmbito europeu para potenciar as oportunidades do VII Programa-Quadro de Investigação da União Europeia são objectivos centrais do necessário salto qualitativo de que carece urgentemente o nosso sistema de ensino superior. E consequentemente de que carece o nosso país no combate à perifericidade e ao empobrecimento, o que passa pela importância e pela qualidade do nosso ensino e da afirmação da nossa cultura no mundo global em que vivemos. ■



cionamento do ensino superior não só é diferido no tempo como não dispensa que se reconheça que há uma específica área de intervenção que ao superior diz directamente respeito.

Desde logo no que concerne à articulação entre os ensinos secundário e superior, que não podem continuar a ser concebidos como duas zonas estanques de um mesmo sistema, quer no que respeita às universidades quer no que respeita aos politécnicos. Há aqui um campo a explorar de acrescida responsabilização das instituições do ensino superior na preparação específica que para as diferentes instituições tem que ser conferida pelas escolas se-